



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$40

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As três séries . . . Ano	360\$
A 1.ª série . . .	140\$
A 2.ª série . . .	120\$
A 3.ª série . . .	120\$
Semestre	200\$
"	80\$
"	70\$
"	70\$

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37 701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

Aviso aos assinantes

Todos os assinantes do «Diário do Governo» cujas assinaturas terminem no fim do corrente mês são prevenidos de que as devem renovar, remetendo a tempo a importância respectiva, a fim de não sofrerem interrupção na remessa.

Os preços são os seguintes:

As 3 séries:	360\$	por ano	ou	200\$	por semestre
A 1.ª série:	140\$	"		80\$	"
A 2.ª série:	120\$	"		70\$	"
A 3.ª série:	120\$	"		70\$	"

Para o estrangeiro ou ultramar acrescem os portes do correio.

SUMÁRIO

Presidência do Conselho:

Declaração — Rectifica a forma como foi publicado o Decreto n.º 40 292, que insere disposições de carácter legislativo aplicáveis às províncias ultramarinas.

Ministério do Interior:

Decreto-Lei n.º 40 301 — Autoriza a Câmara Municipal de Lisboa a satisfazer as despesas com a realização em Roma das exposições sobre Lisboa e Santo António.

Ministério das Finanças:

Decreto n.º 40 302 — Transfere verbas dentro do orçamento do Ministério das Obras Públicas e abre créditos a favor do mesmo Ministério destinados a reforçar verbas inscritas no capítulo 12.º do orçamento do referido Ministério.

Declaração de ter sido autorizada a transferência de uma verba dentro do capítulo 12.º do orçamento do Ministério.

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Portaria n.º 15 529 — Manda abonar durante o corrente ano económico à Legação de Portugal em Viena duas quantias para ocorrer a despesas com material e expediente — Altera, na parte respeitante àquela Legação, a Portaria n.º 15 450.

Aviso — Torna público ter o Governo do Chile notificado a denúncia da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, assinada em Londres a 31 de Maio de 1929.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Secretaria

Declara-se, para os devidos efeitos, que entre o original arquivado nesta Secretaria e o texto do Decreto n.º 40 292, publicado, pelo Ministério do Ultramar, Ga-

binete do Ministro, no *Diário do Governo* n.º 184, 1.ª série, de 20 do corrente, existe a divergência que adiante se rectifica:

No § 1.º do artigo 3.º, onde se lê: «Os actuais directores de Fazenda transitam . . .», deve ler-se: «Os actuais subdirectores de Fazenda transitam . . .».

Secretaria da Presidência do Conselho, 31 de Agosto de 1955. — Pelo Secretário da Presidência, *José Ferreira Mendes*.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção-Geral de Administração Política e Civil

Decreto-Lei n.º 40 301

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. Fica a Câmara Municipal de Lisboa autorizada a satisfazer as despesas com a realização em Roma, no ano corrente, das exposições sobre Lisboa e Santo António.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 2 de Setembro de 1955. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *Marcello Caetano* — *Fernando dos Santos Costa* — *Joaquim Trigo de Negreiros* — *João de Matos Antunes Varela* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz* — *Paulo Arsénio Viríssimo Cunha* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Raul Jorge Rodrigues Ventura* — *Francisco de Paula Leite Pinto* — *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês* — *Manuel Gomes de Araújo* — *Henrique Veiga de Macedo*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 40 302

Tendo em vista que, nos termos do n.º 2.º da segunda parte da base III da Lei n.º 2058, de 29 de Dezembro de 1952, e base I da Lei n.º 2077, de 27 de Maio de 1955, o Conselho Económico aprovou a alteração dos quantitativos previstos no Plano de Fomento para investimentos em «Obras de hidráulica agrícola» e «Portos»;

Com fundamento no disposto no § 1.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, por força do que dispõe o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 33 538, de 21 de Fevereiro de 1944, no artigo 37.º do Decreto com força de lei n.º 18 381, de 24 de Maio de 1930, e no

artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 24 914, de 10 de Janeiro de 1935, depois de ouvido o Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São transferidas as quantias adiante indicadas dentro do orçamento do Ministério das Obras Públicas:

No capítulo 12.º «Plano de Fomento»:

Artigo 111.º «Obras de hidráulica agrícola», n.º 1) «Construções e obras novas»:

Da alínea a) «Vale de Campilhas»	—	379.000\$00
Da alínea b) «Campina de Silves,»	—	1:394.000\$00
Da alínea c) «Rio Lis»	—	1:789.000\$00
Da alínea f) «Enxugo dos sapais algarvios»	—	6:063.000\$00
Para a alínea d) «Vale do Sorraia»	+	9:625.000\$00

Artigo 112.º «Portos», n.º 1) «Construções e obras novas»:

Da alínea a) «Viana do Castelo»	—	998.000\$00
Da alínea d) «Portimão»	—	372.000\$00
Para a alínea b) «Aveiro»	+	10.000\$00
Para a alínea e) «Faro-Olhão»	+	1:337.000\$00
Para a alínea f) «Horta»	+	23.000\$00

Art. 2.º São abertos no Ministério das Finanças, a favor do das Obras Públicas, créditos especiais no montante de 20:400.000\$, destinados a reforçar as seguintes verbas do orçamento vigente do segundo dos mencionados Ministérios:

Capítulo 12.º «Plano de Fomento»:

Artigo 111.º «Obras de hidráulica agrícola», n.º 1) «Construções e obras novas»:

Alínea d) «Vale do Sorraia» 16:452.000\$00

Artigo 112.º «Portos», n.º 1) «Construções e obras novas»:

Alínea b) «Aveiro»	184.000\$00
Alínea c) «Peniche»	2:008.000\$00
Alínea g) «Figueira da Foz»	1:500.000\$00
Alínea h) «Funchal (1.ª parte)»	256.000\$00
	<hr/>
	20:400.000\$00

Art. 3.º Como compensação dos créditos designados no artigo anterior, é aumentada de 20:400.000\$ a previsão da receita descrita no capítulo 9.º, artigo 308.º «Produto da venda de títulos ou de empréstimos, . . .», da actual tabela de receitas.

Estas correcções orçamentais foram registadas na Direcção-Geral da Contabilidade Pública, nos termos do § único do artigo 36.º e nos da parte final do artigo 37.º do Decreto n.º 18 381, de 24 de Maio de 1930, e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o aludido § único do artigo 36.º do Decreto n.º 18 381.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 2 de Setembro de 1955. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — António de Oliveira Salazar — Marcello Caetano — Fernando dos Santos Costa — Joaquim Trigo de Negreiros — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Paulo Arsénio Viríssimo Cunha — Eduardo de Arantes e Oliveira — Raul Jorge Rodrigues Ventura — Francisco de Paula Leite Pinto — Ulisses Cruz de Aguiar Cortês — Manuel Gomes de Araújo — Henrique Veiga de Macedo.

2.ª Repartição

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro das Finanças, por seu despacho de 26 de Agosto de 1955, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência:

CAPÍTULO 12.º

Serviço de contribuições

Direcções de finanças distritais e secções concelhias

Artigo 347.º «Despesas de comunicações»:

Do n.º 1) «Correios e telégrafos» — 11.880\$00

Para o n.º 2) «Telefones» + 11.880\$00

2.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 1 de Setembro de 1955.— O Chefe da Repartição, José de Sousa Nunes Ferreira.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Políticos
e da Administração Interna

Portaria n.º 15 529

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, abonar durante o ano económico de 1955 à Legação de Portugal em Viena, pela verba do n.º 1) do artigo 28.º, capítulo 3.º, do orçamento em vigor, as quantias abaixo designadas, a fim de ocorrer a despesas com material e expediente, ficando assim alterada a Portaria n.º 15 450, de 2 de Julho de 1955, na parte respeitante àquela Legação:

De Janeiro a Julho 3.250\$00

De Agosto a Dezembro 2.500\$00

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2 de Setembro de 1955.— O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Arsénio Viríssimo Cunha.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas).

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

Aviso

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação da Embaixada Britânica em Lisboa, o Governo do Chile notificou o Governo do Reino Unido da denúncia da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, assinada em Londres a 31 de Maio de 1929.

Nos termos do artigo 66.º da referida Convenção, essa denúncia produzirá efeito a partir de 1 de Julho de 1956.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 2 de Setembro de 1955.— O Director-Geral, José Augusto Correia de Barros.